

Aspectos teóricos da história das vogais nasais portuguesas

STEPHEN PARKINSON
(Universidade de Oxford)

Introdução

Muitos estudantes da língua portuguesa recebem as primeiras informações sobre a nasalização em português e sobre a história das vogais nasais finais portuguesas através da exposição de TEYSSIER 1982:

A nasal -n- desapareceu, provavelmente no século XI, após ter nasalizado a vogal que a precedia. (TEYSSIER, 1982, 28)

Todas as palavras da língua que possuíam primitivamente *-an* e *-on* convergiram... para uma só terminação em *-ão*.[...] Não há um consenso entre os historiadores da língua sobre as causas dessa mutação. Para uns, trata-se de uma evolução puramente fonética, para outros, do resultado de acções analógicas complexas. Inclina-mo-nos a pensar que as duas explicações são igualmente verdadeiras... (TEYSSIER, 1982, 46)

Embora pouco sofisticada, esta versão da história indica fielmente a perspectiva tradicional sobre a problemática da nasalidade. No caso da nasalização, o único aspecto controverso seria a datação - problema quase irresolúvel, apesar da tentativa valiosa de SLETSLØE 1959. No caso da mudança das terminações nasais, o problema principal era de saber se a convergência dos monotongos /ã/ e /õ/ do português antigo se podia explicar por vias de mudança fonética normal (p. ex. ditongação de /ã/, /õ/, em /ãũ/, /õũ/, dissimilação de /õũ/ em /ãũ/) ou se era necessário lançar mão a hipóteses de mudança não fonética, aproveitando o conceito, às vezes vago, da analogia. A abordagem de Teyssier revela-se muito vaga sobre as implicações teóricas do conflito entre explicações fonéticas e explicações analógicas. Afirmar que as duas explicações podem ser ambas válidas implica que são conciliáveis e não incompatíveis; uma tal conciliação seria de qualquer forma uma hipótese distinta da afirmação de uma explicação complexa que envolva ambos os factores.

O debate sobre a história das vogais nasais finais já foi resumido criticamente em vários lugares (notavelmente LIPSKI 1973, SAMPSON 1983, MAIA 1986,

LORENZO 1988, CARVALHO 1989b, MARTINS 1995) o que dispensa uma repetição extensa. A minha intenção é indicar as vantagens de uma abordagem informada pela fonologia moderna, para caracterizar mais acertadamente os processos fonéticos e fonológicos, e reformular a dicotomia tradicional de *câmbio fonético / analogia* em termos da evolução de um conjunto de processos fonéticos, regras fonológicas e representações fonológicas. Assim procuramos saber se dada mudança histórica é um processo fonético inovador, a construção de uma regra fonológica na base de um processo fonético já activo, ou uma reanálise de regras e representações fonológicas anteriores.

A teoria da fonologia lexical proporciona um vocabulário útil para esta discussão, permitindo-nos distinguir regras lexicais (morfologicamente condicionadas) actuando dentro da palavra, e regras pós-lexicais (fonéticas e alofónicas), actuando ao nível da frase.

1. As nasais finais

Qualquer teoria da evolução das terminações nasais portuguesas tem que representar e relacionar quatro mudanças distintas:

- simplicação dos hiatos /ão/, /ãa/, ... em ditongos e monotongos /ãũ/, /ã/...
- modificação da qualidade de /a/ nasal e nasalizado
- passagem de /ã/ a /ãũ/
- passagem do /õ/ a /ãũ/

Além disso é necessário relacionar estes processos com os processos regulares de nasalização, lembrando (com LORENZO 1988, CARVALHO 1989a, SAMPSON 1993) que há em princípio dois processos distintos, dos quais o primeiro parte das consoantes nasais implosivas (tipo VN) e o segundo das consoantes nasais intervocálicas (tipo VNV). Entrarão no cenário global a apócope e o processo de elevação das vogais átonas, embora seja geralmente aceite que a primeira é anterior e o segundo posterior ou irrelevante¹.

Segundo as teorias fonéticas, era suficiente postular três mudanças: um só processo de ditongação, de /ã/ a /ãũ/ e /õ/ a /õũ/, seguido pela simplificação de /ão/ em /ãũ/ (e de /õo/, /ãa/ em /õ/, /ã/, já tarde demais para se ditongarem) e pela dissimilação de /õũ/ em /ãũ/. Esta análise é representada esquematicamente em (1)

(1) Teoria fonética

ão		>	ãũ	
ãa		>	ã	
õo		>	õ	
ã	>	ãũ		
õ	>	õũ	>	ãũ

Entram nesta categoria as exposições de Leite de VASCONCELOS (1909), Michaëlis de VASCONCELLOS (1933), E. BOURCIEZ (1967) e J. BOURCIEZ

(1937, 1949), e a revisão em termos mais modernos por SAMPSON (1983). As primeiras versões desta teoria enganavam-se fonética e fonologicamente, propondo em vez de uma ditongação uma extensão paragógica das nasais finais, reflexo de uma hipotética aversão às vogais nasais finais (e às terminações agudas em geral)², assim criando o problema real do conflito entre a extensão paragógica de terminações agudas nasais e a simplificação anti-paragógica de terminações bissilábicas nasais, e abrindo-se a críticas severas dos que queriam rejeitar qualquer explicação fonética³; uma vez aceite a naturalidade de uma ditongação - motivada já pelo trabalho de NOBILING (1903/1974) - o problema de conciliar a ditongação de /ã õ/ e a simplificação de /ãã õõ/ já não era fatal⁴.

Às versões imperfeitas da teoria fonética, opuseram-se as primeiras teorias analógicas. A principal, e a mais facilmente falsificada, lançada por WILLIAMS (1933, 1936, 1938/1962), matizada por CARTER (1940), e apoiada por umas abonações mal datadas quando não fantásticas em TILANDER (1959)⁵, negava a naturalidade de uma ditongação espontânea do *-ã* em *-ãõ*, preferindo ver uma extensão progressiva da terminação *-ãõ* (provavelmente já ditongo por acção da simplificação) às outras terminações vizinhas *-ã* e *-õ*, partindo seja do sistema verbal (segundo Williams, que apostava na forma *vãõ* derivada directamente de VADUNT)⁶, seja do sistema nominal (segundo Tilander, para quem *-ã* era anómalo por não ter desinência de género). Estas teorias invocam um conceito muito vago da analogia, como a extensão de uma terminação frente a outros⁷. Se definirmos a analogia como um processo de regularização dos padrões morfológicos, temos certa dificuldade em aplicar esta designação ao caso português, visto que a mudança das terminações nasais complica nitidamente o padrão da flexão nominal, estabelecendo uma alternância opaca no lugar de três casos bem delimitados. Só uma palavra em *-on* ou em *-an* sofreu uma regularização total morfológica (*tabelião*, plur. *tabeliães*, do ant. *tabeliõ*, *tabeliões*)⁸; muitas palavras acrescentaram-se posteriormente - analogicamente - à classe maioritária da flexão em *-ão* ~ *-ões*, o que põe mais em dúvida a origem analógica da alternância.

Uma segunda linha de argumentação procura razões não fonéticas para o sincretismo de /ã/ e /ãõ/ , separando-o assim do tratamento de /õ/. LOURO (1959) identificou uma alternância extensa entre as terminações *-ã* e *-ãõ* na língua do século XIII, que podia ter provocado uma livre alternância ou equivalência - inicialmente morfológica, e mais tarde fonológica - das duas terminações. PARKINSON (1993) comenta a forma *cão* nas *Cantigas de Santa Maria*, que parece evidenciar a produtividade desta alternância no galego, variante que não sofreu a mudança das terminações nasais⁹. SCHAFFER (1985) sublinha que o sincretismo de /ã/, /õ/ e /ãõ/ finais se processou no contexto de uma redução global do número de terminações nasais, na qual se eliminou a terminação independente *-õe/-üe*. Entra talvez neste grupo a análise de LORENZO (1988) que insiste no carácter consonântico da nasalidade de /ã õ/ finais no galego-português, o que afasta a possibilidade de uma ditongação fonética. O sincretismo de /ãõ/ com /aŋ/ final terá resultado da proximidade fonética entre este e o novo ditongo [ãũ] criado pela simplificação de hiatos.

2. As terminações nasais: hipóteses e documentação

As teorias fonéticas tradicionais da mudança das nasais finais acusam uma unanimidade surpreendente sobre os processos de ditongação e dissimilação de /-ã / e /-õ/, concordando na sequência consagrada representada em (2)

$$(2) \quad \begin{array}{l} \tilde{a} > \quad \tilde{a}\tilde{u} \\ \tilde{o} > \quad \tilde{o}\tilde{u} > \tilde{a}\tilde{u} \end{array}$$

Não é difícil imaginar outras evoluções de /ã/ e /õ/. É possível uma convergência fonética de /ã/ e /õ/ em uma das várias vogais intermédias¹⁰, seguida pela ditongação desta vogal, que se representa em (3)

$$(3) \quad \begin{array}{l} \tilde{a} > \quad \tilde{e} \\ \quad \quad > \quad \tilde{e}\tilde{u} \quad \quad \quad / \tilde{e} / = [\tilde{e}] ? [\tilde{a}] ? \{ \tilde{\lambda} \} ? \\ \tilde{o} > \quad \tilde{e} \end{array}$$

sem excluir a possibilidade de uma ditongação fonética de /õ/ independente da passagem de /ã/ a /ãũ/, em (4)

$$(4) \quad \begin{array}{l} \tilde{a} \quad \quad \quad > \quad \tilde{a}\tilde{u} \\ \tilde{o} > \quad \tilde{o}\tilde{u} > \quad \tilde{a}\tilde{u} \\ \tilde{a}\tilde{o} \quad \quad \quad > \quad \tilde{a}\tilde{u} \end{array}$$

É igualmente possível que a ditongação tenha surgido inicialmente em finais tónicas, estendendo-se depois às terminações átonas.

Seria de esperar evidência documental que indicasse a ordem dos sincretismos, e que assim permitisse afastar ou manter um ou outro destes cenários. Infelizmente não: falta com efeito uma documentação válida e sistemática, de maneira que os estudos principais assentam ou numa base documental anedotal e selectiva, ou na análise de um só texto. Os dados mais seguros são resumidos em LORENZO (1988: 321-23). Comento e amplio esta documentação no parágrafo seguinte e no quadro 1.

Citam-se sempre como uma das primeiras abonações da mudança de /-ã/ em /-ãõ/ os casos aparentes de *-ãõ* evoluído nos cancioneiros galego-portugueses, pelo que Williams tentou fazer remontar o processo ao século XIII, formas que agora se analisam como representantes ou resultantes da alternância de terminações já comentada na secção 1. CINTRA (1963) apontou um caso isolado de *dayõ* por *dayã*, e a forma *mhã* por *mãõ* em dois documentos algarvios de 1309, pouco dignos de confiança (PARKINSON 1976-79, 1993). As primeiras abonações da forma *tabaliã* por *tabaliõ*, precursor da mudança das terminações, aparecem na segunda década do século XIV¹¹. TILANDER (1959) cita muitos casos de grafias em *-am* substituindo *-om*, sem datação segura. SAMPSON (1983) justifica a prioridade cronológica da ditongação de /-ã/ referindo-se às formas *grãõ*, *podião*, *vinhão*, *tinhão*, tiradas dum alegado documento trecentista, na realidade uma cópia quinhentista¹². O resumo dos dados de LORENZO (1988: 321-23) não encontra documentação segura do processo antes do século XIV. Nos documentos trecentistas de MAIA (1986), aparece

uma única forma relevante, *morom* num documento de 1335. (Aparece também num documento galego de 1302 a forma *prouisam*, surpreendente mesmo num documento que revela características portuguesas (MAIA 1986, 605).) BOLÉO (1960) comenta as formas *gouernaçam* e *gouernaçaom* em documentos de 1383¹³. A primeira abonação incontroversa de *-am* por *-om* dada por WILLIAMS (1962) é de 1387, ao lado de uma troca de *-om* por *-am* de 1329, confirmada por casos de 1341 citadas por Lorenzo. CARTER (1940) encontrou muitas trocas de *-am* e *-om* nas formas verbais de um manuscrito do século XV (Codex Alcobacensis 200); uma única forma nominal (*torgimom* em vez de *turgimam*) passou-lhe despercebida. Deve-se sublinhar que em muitos casos a convergência de *-am* e *-om* se documenta enquanto as terminações monotongais se mantêm ortograficamente distintas do ditongo *-ão*.

Quadro 1

Documentação selecta de terminações nasais evoluídas		
CASOS ENIGMÁTICOS		
Sec. XIII	<i>foão</i>	CV1055/CBN1444; CBN1502 (PARKINSON 1993)
	<i>albardão</i>	CSM 406
	<i>cão</i>	CSM 192
1302	<i>prouisam</i>	MAIA, 1986, 605
1309??	<i>dayō</i> (por <i>dayã</i>)	CINTRA (1963)
	<i>mhãa, mhã</i> (por <i>mão</i>)	
CASOS DEFINITIVOS		
1319	<i>tabeliã</i> (por <i>tabeliō</i>)	PARKINSON 1976
1329	<i>morō</i>	WILLIAMS 1962, 179
1335	<i>morom</i>	MAIA, 1986, 740
1341	<i>acusavō</i>	Afonso X. 1ª Partida (LORENZO 1988, 321)
	<i>-ron</i> (fut.)	
1376-83	<i>procuraçam, gouernaçam</i> <i>Steuom, estauom</i>	ARNAUT 1960

É uma tarefa urgente da filologia portuguesa reunir a documentação relativa a esta mudança e a outras muitas. Esperamos que os *corpora* de textos medievais informatizados nos permitam avançar neste sentido¹⁴.

3. Teoria fonológica I

Chegando a este ponto, não podemos continuar sem referência à teoria fonológica.

Em vez de discutir a evolução de "sons", através de "processos fonéticos", uma abordagem fonológica obriga-nos a tentar analisar a evolução de sistemas de unidades fonológicas, realizadas foneticamente através de regras fonológicas e processos fonéticos mais ou menos automáticos.

Assim, temos de localizar a mudança histórica dentro do sistema fonológico. Sem especificar demasiado uma determinada teoria fonológica, é assente que o sistema fonológico de qualquer língua ou qualquer estado temporal de uma língua pressuponha um sistema de unidades fundamentais mais ou

menos abstractas, reunidas dentro de uma estruturação silábica e acentual, e realizadas fisicamente através de regras e processos que governam a actividade fonadora variável. Um processo histórico que se diz "puramente fonético" será inicialmente um processo ou uma regra de alofonia, pós-lexical, que se concretiza ou como regra fonológica (e já não automática), lexical, condicionada até por elementos morfológicos, ou numa mudança no sistema de unidades fonológicas. Um processo dito analógico ou esporádico consistirá na substituição, em dado grupo de palavras, ou progressivamente dentro de tal grupo, de uma unidade fonológica por outra, ou pela extensão a um grupo de palavras de uma regra que se aplicava inicialmente a outro grupo.

Podemos tomar como exemplo as consoantes nasais pós-vocálicas dentro da nasalização diacrónica. Muitas descrições da história da nasalidade implicam uma continuidade histórica entre as consoantes nasais latinas e as conhecidas e às vezes fugidias consoantes nasais pós-vocálicas do português moderno, que se representa esquematicamente em (5):

$$(5) \quad \begin{array}{ccccc} \text{CAMPU(M)} & > & \text{campo} & > & [\text{kẽ}^{\text{m}}\text{pu}] \\ /m/ & > & /m/ & > & > \end{array}$$

Por esta representação foge-se à necessidade de se pronunciar sobre o estatuto fonológico das consoantes nasais, nos tempos históricos referidos. Sobre esta questão, é preciso optar entre duas possibilidades:

- i) as consoantes fonéticas são realizações enfraquecidas de consoantes nasais plenas na representação fonológica
- ii) as consoantes são sons de transição entre uma vogal nasal (seja qual for a representação fonológica destas) e uma consoante seguinte.

A segunda opção é o ponto de vista defendido em PARKINSON (1983), ALMEIDA (1976), na base de consoantes nasais em transições interverbais, em posições onde não era possível postular consoantes nasais etimológicas nem subjacentes:

$$(6) \quad \text{lã branca} \quad /laNa branka/ \rightarrow \text{lẽ brẽkẽ} \rightarrow [\text{lẽ}^{\text{m}} \text{brẽ}^{\text{m}}\text{kẽ}]$$

As nasais são (provavelmente) derivadas de representações morfofonémicas /VN/, mas já neste nível fonológico se representam como núcleos vocálicos complexos (segundo a minha análise de 1983, ditongos)¹⁵. A regra de formação de consoantes nasais é uma regra pós-lexical, que actua nas sequências interverbais, reestabelecendo uma articulação consonântica.

Assim, a representação exacta das mudanças históricas é a de (7):

$$(7) \quad \begin{array}{ccccc} /VNC/ & & /VNC/ & & /VNC/ \\ & & & > & V\tilde{V}C \\ [VNC] & > & [V\tilde{V}NC] & & [V\tilde{V}^{\text{m}}NC] \end{array}$$

A colocação das chavetas indica que a primeira mudança opera ao nível fonético, e a segunda a um nível fonológico. Visto que a nasalização regressiva é uma universal co-articulatória, [VNC] indica uma sequência com o grau normal de nasalização, e [V̄NC] a mesma sequência com nasalização mais acentuada.

4. Interação de processos fonéticos: ditongação e simplificação

A relação entre os processos de ditongação e simplificação de hiatos põe um problema fundamental da interacção cronológica das regras. Num conceito simples dos processos históricos, equiparando-os com as regras fonológicas ordenadas, concluir-se-á que a ditongação devia ter precedido a simplificação, para evitar a ditongação dos monotongos resultantes da simplificação¹⁶. Qualquer indício da simplificação na poesia trovadoresca obrigaria assim uma antedatadação da ditongação.

Uma visão mais fonológica da mudança linguística pode levar a uma reavaliação das possíveis relações cronológicas entre processos históricos. Cada mudança começa como uma alternância assistemática entre duas variantes, que evolui até uma das variantes se estabelecer como regular, criando uma regra ou obrigando a uma mudança de representação fonológica, conforme o caso. A mudança fonológica será um acontecimento pontual, que se ordenará cronologicamente antes ou depois de outras mudanças, enquanto o processo fonético pode ser activo durante muito tempo, antes de provocar (ou não) uma mudança fonológica. Assim a ordenação cronológica de duas mudanças não implica a mesma separação cronológica dos processos que as provocaram, e os sincretismos que resultam dos processos fonéticos só se tornam definitivos quando integrados em regras ou em formas fonológicas novas. Duas unidades fonológicas podem, portanto, ter a mesma forma fonética, dentro de dois parâmetros distintos de variação, sem se fundir.

Aplicando este princípio aos processos de simplificação e ditongação, verificamos que a simplificação de /ãa/, /õo/, /ão/ pode ter sido contemporânea com a ditongação de /ã/, /õ/ sem implicar a ditongação das vogais simplificadas. Representa-se em (8) uma hipotética série de etapas cronológicas na qual a simplificação e a ditongação são ambas activas sem provocar fusões¹⁷. Na etapa I ambos os processos se iniciam, criando monotongos e ditongos como variantes menores dos hiatos e monotongos respectivos. Na etapa II as variantes novas tornam-se preferenciais, sem alteração das formas de base, e aparece a variante [ãũ] de [õũ]. Finalmente na etapa III as variantes inovadoras prevalecem, implicando a construção de duas regras ou a reformulação das formas de base.

(8) Etapas hipotéticas na simplificação das terminações bissilábicas:

	-ãa	-õo	-ão	-õ	-ã
I	ãã~ã	õõ~õ	ãõ~ãũ	õ~õũ	ã~ãũ
II	ã~ãã	õ~õõ	ãũ	õũ~ãũ~õ	ãũ~ã
III	ã	õ	ãũ	ãũ	ãũ

É evidente portanto que a convergência de um /ã/ ditongado e um /ão/ etimológico pressupõe a contracção do /ão/, mas não se pode concluir que a ditongação fosse necessariamente anterior à contracção.

5. Nasalização

Reza a tradição que a consoante nasal intervocálica se enfraqueceu progressivamente pela acção da lenição, permanecendo apenas a ressonância nasal criada pela consoante na vogal precedente. Dois processos simultâneos, cujo efeito combinado criou a nasalidade independente:

$$(9) \quad \begin{array}{ccccccc} \text{VN} & > & \tilde{\text{V}}\text{N} & > & \tilde{\text{V}}^{\text{NV}} & > & \tilde{\text{V}} \\ \text{VNV} & > & \tilde{\text{V}}\text{NV} & > & \tilde{\text{V}}^{\text{NV}} & > & \tilde{\text{V}}\text{V} & > & \tilde{\text{V}} \\ & & & & & & & & \text{V}\tilde{\text{V}} \end{array}$$

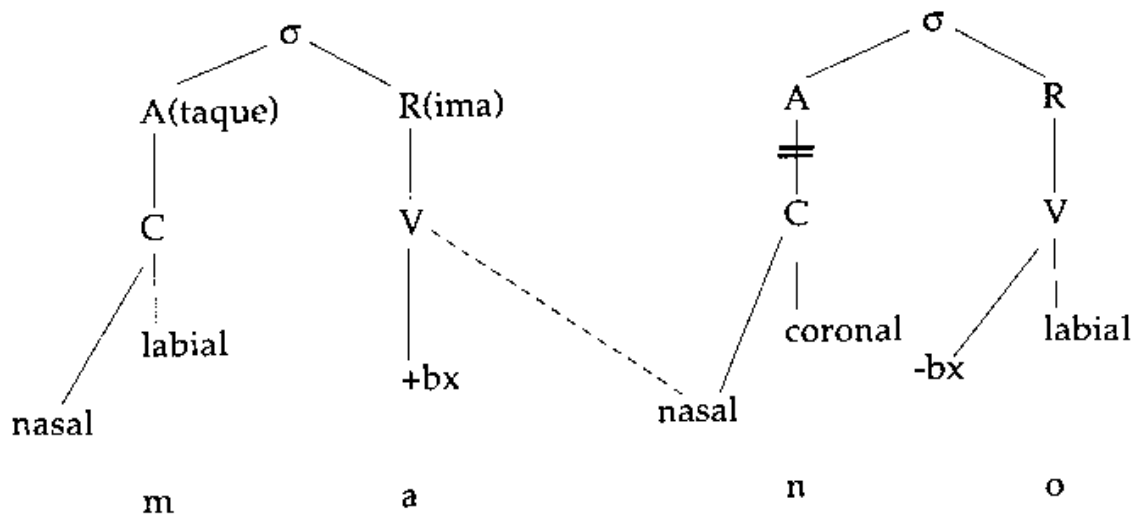
Uma sequência assim, só num vácuo fonológico. Uma consoante nasal cria ressonância nasal na vogal precedente pela antecipação articulatória da elevação do véu palatino. Processo alofónico, pós-lexical, de assimilação ou coarticulação. O processo de enfraquecimento da consoante nasal será inicialmente uma modificação dos traços consonânticos do segmento nasal, terminando pela eliminação do segmento. Mas uma simples coincidência de nasalização regressiva e lenição não resultará numa nasalidade independente, porque o enfraquecimento da consoante implica um enfraquecimento da sua influência sobre a vogal precedente¹⁸. Para se conservar a nasalidade, é preciso que haja uma mudança fonológica que liberte a nasalidade da sua prisão consonântica, antes de a consoante se enfraquecer irremediavelmente.

Numa abordagem fonológica geral, portanto, a origem da nasalidade explica-se assim: combinam-se uma nasalização alofónica e um enfraquecimento também alofónico, até se chegar a um ponto em que a falta de correspondência entre a realidade fonética e a representação fonológica obrigue a uma remodelação desta. Em (10) representa-se esta sequência de evoluções fonéticas acabando numa mudança fonológica.

$$(10) \quad \begin{array}{ccccccc} / \text{VNV} / & & / \tilde{\text{V}}\text{NV} / & & / \tilde{\text{V}}^{\text{NV}} / & > & / \tilde{\text{V}}\text{V} / \\ \text{VNV} & > & \tilde{\text{V}}\text{NV} & > & \tilde{\text{V}}^{\text{NV}} & & \end{array}$$

Faltam mais umas gotas de teoria fonológica para explicar a complementariedade dos dois processos. Dentro da visão da fonologia autosegmental, separam-se os traços fonológicos específicos e um esqueleto de posições consonânticas e vocálicas, reunidas numa estrutura silábica, às quais os traços se associam; alguns traços dependem directamente da sílaba, outros dos pontos de esqueleto, e outros de nós intermédios que agrupam traços solidários¹⁹. O traço nasal não depende dos traços de oclusão, de maneira que o enfraquecimento da oclusão de um nasal não implica necessariamente a perda da ressonância nasal - pelo contrário, implica a libertação do traço, e a sua eventual associação a outro segmento. Em (11) representa-se a derivação de /mano/ → /mão/ segundo este modelo.

(11) Nasalização por reassociação do autossegmento nasal



Haverá também uma explicação fonológica do enfraquecimento da consoante? A chamada lenição é uma série de correspondências diacrónicas, que se resumem na substituição de um segmento forte (isto é, um segmento que ocupa uma posição elevada numa escala de força articulatória) por outro menos forte. Ao menos uma teoria fonológica consegue sintetizar fonologicamente estas correspondências. Na teoria da fonologia dependencial, *Dependency Phonology* (EWEN 1995, ANDERSON e EWEN 1987), as categorias principais de oclusão representam-se por combinações de uma componente vocálica V e outra consonântica C, num formalismo que permite indicar gradações da preponderância de um elemento relativo ao outro, conforme se ilustra em (12). Os dois extremos da escala, vogais e oclusivas surdas, são representados por V e C puros. As fricativas surdas incorporam os dois elementos, numa relação de igualdade ou co-dependência. O vozeamento das oclusivas e das fricativas é representado pelo acréscimo de um elemento V dependente. No caso dos sonantes, as nasais e os laterais integram um elemento C dependente.

(12) Representações dependenciais das classes fonológicas:

vogal, semivogal	lateral, nasal ²⁰	fricativa sonora	fricativa surda	oclusiva sonora	oclusiva surda
V	V C	V,C V	V,C	C V	C

Nesta representação, as consoantes "fortes" acusam um domínio do C sobre o V, enquanto nas consoantes "fracas" o V predomina sobre o C. A lenição representar-se-á portanto como um reforço do elemento vocálico relativo ao consonântico. Assim a lenição dos segmentos consonânticos (com C não dependente).

dente) consiste em acrescentar um V (dependente, no caso das oclusivas surdas, co-dependente no caso da oclusiva sonora). De (13) a (15) representam-se três casos de lenição:

- | | | | |
|------|--------------------------------|---|-----------------------------------|
| (13) | fricativa surda
V,C | > | fricativa sonora
V,C

V |
| (14) | oclusiva surda
C | > | oclusiva sonora
C

V |
| (15) | oclusiva sonora
C

V | > | fricativa sonora
V,C

V |

Nas fricativas sonoras e nas soantes, já com V preponderante, o acréscimo correspondente no conteúdo vocálico implicaria a redução ou eliminação do elemento consonântico, representado em (16), o que teria o efeito de converter estes segmentos em vogais ou semivogais. Nesta perspectiva, o desaparecimento destes segmentos não é, de facto, um apagamento, mas é uma vocalização levando à fusão com segmentos vocálicos adjacentes.

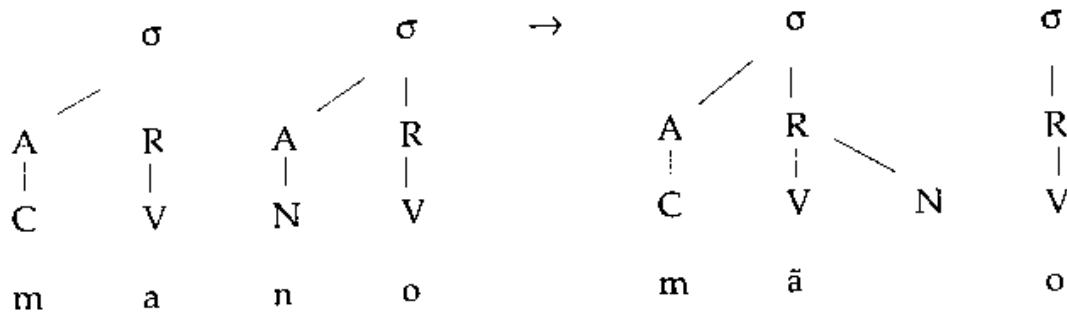
(16) Lenição de soantes

- | | | |
|-------------------------------|---|-------------------------|
| nasal, lateral
V

C | > | (vogal, semivogal)
V |
|-------------------------------|---|-------------------------|

No caso da lenição das consoantes nasais, esta abordagem abre outra perspectiva. A mudança na composição segmental teria efeitos na estruturação silábica. Enquanto um elemento consonântico em posição VCV será automaticamente colocado em posição inicial de sílaba, um elemento vocálico não se resolve tão facilmente. Conforme foi indicado por MADONIA (1969) seguida por ALMEIDA (1976) e PARKINSON (1983), os ditongos do português moderno resistem à reestruturação silábica, o que indica que o segundo elemento é vocálico, e que as regras de silabação do português permitem a formação de núcleos silábicos complexos. A conversão de uma soante /n l/ em semivogal teria portanto o efeito de a empurrar para uma posição nuclear na sílaba anterior conforme se indica em (17).

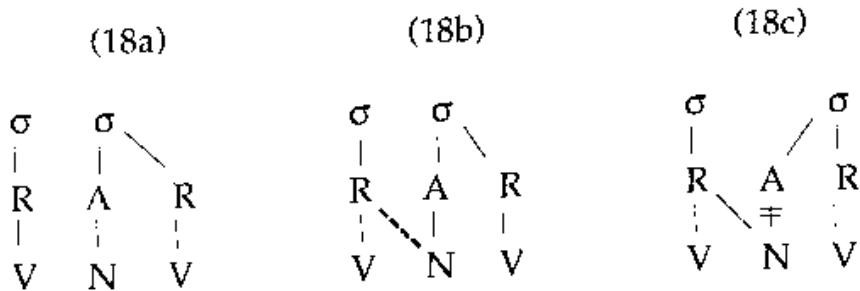
(17) Nasalização e reestruturação silábica



Assim chegamos indirectamente à solução do problema fonológico da nasalização do tipo VNV em português, já proposta dentro de um esquema silábico por CARVALHO (1988a,b, 1989a), que vê no mecanismo da nasalização, tanto do tipo VN como do tipo VNV, uma incorporação progressiva do elemento nasal no núcleo silábico²¹.

A nossa análise, pela qual a reestruturação silábica é consequência da lenição, e não processo independente, afasta uma das objecções à análise de CARVALHO emitida por exemplo por SAMPSON (1993) que argumenta que a divisão silábica VN-V é contrária a universais de repartição silábica.

A análise dependencial não é contudo necessária para responder a críticas como a de Sampson. Temos que distinguir os universais de silabificação mecânica e as possíveis estruturas silábicas próprias das línguas. Uma sequência VCV dividir-se-á V-CV na fase inicial de atribuição de estrutura silábica (18a); mas nada impede que uma regra posterior estabeleça um ambissilabismo (18b), nem que outras regras eliminem a associação entre o segmento e o ataque silábico (18c)²².



6. Teoria fonológica II: o *a fechado* e o problema dos contrastes marginais

Dada a importância da qualidade fonética do /a/ nasal para as explicações fonéticas das vogais nasais, convém lembrar que o *a fechado* resta um dos segmentos mais controversos do português. Apesar de uma tradição ortográfica (desde Fernão de Oliveira) de atribuir a todas as variantes não abertas do *a* o mesmo título e símbolo de *a fechado*, as variantes do /a/ em posição átona e nasal são bem diversas (PARKINSON 1995).

Seja qual for a natureza fonética do /a/ nasal, a regra que especifica o seu timbre tem um estatuto fonológico curioso, que implica um desenvolvimento fonológico irregular.

É uma regra (19) aparentemente fonética, alofónica:

(19) Regra do avanço do /a/²³

$$\begin{array}{c} V \\ +bx \\ -ATR \end{array} \rightarrow +ATR \quad / \quad ___ +nas$$

mas que admite uma única excepção morfológica (a não aplicação na 1ª pessoa do plural do pretérito), do que resulta uma oposição aparentemente fonémica entre o a aberto e o a fechado:

(20)

<i>falamos</i>	fal + a + 0 + mos	(Regra 19)	[fələmuʃ] presente
<i>falámos</i>	fal + a + mos	(não aplicação da regra 19)	[felamuʃ] pretérito

Problema de maior para qualquer fonologia. A existência de um contraste exige a identificação de uma oposição de base (o mote estruturalista "once a phoneme always a phoneme" ou o princípio de *Structure Preservation* da fonologia lexical); mas só depois da formação das formas flexionadas verbais é que este contraste chega a mostrar-se.

As opções de análise fonológica são duas. Ou rejeitamos o princípio de *Structure Preservation*, e postulamos um só /a/, e uma regra (com condicionamentos morfológicos) de avanço do /a/ que cria o contraste dos dois /a/; ou guardamos este princípio e postulamos dois /a/ subjacentes, numa relação complementar (o a fechado aparecendo só em contexto nasal), de maneira que a formação do pretérito interrompa esta complementariedade e active este contraste que antes era apenas potencial.

De qualquer maneira, do ponto de vista histórico temos um exemplo clássico da alteração de uma regra dentro do sistema lexical. A regra inicial, de avanço/elevação do /a/, terá sido uma regra alofónica, pós-lexical, que está presente desde o século XVI, e talvez mais cedo. O aproveitamento desta diferença para marcar o contraste morfológico entre presente e pretérito, que XOVE (1988) indica como origem do contraste, implica reconhecê-la como fonológica, isto é estabelecer como subjacente uma distinção que era apenas fonética e superficial²⁴. O efeito aparente é de reabrir a vogal, mas a mudança histórica é de anular a regra 19 ou de a reformular de maneira que especifique o valor do traço ATR só em segmentos não marcados. Esta reanálise representa-se em (21).

(21)						
-amos	-aste	-ámos		-amos	-aste	-ámos
/a/	/a/	/a/		A	A	a
				+bx	+bx	+bx
						-ATR
			>> reanálise >>			
					regra 19 (default)	
					ɐ	a
regra 19 (fonética)						
ɐ	a	ɐ				

No que toca à mudança das terminações nasais, é geralmente aceite que o /a/ nasal e nasalizado tinha uma qualidade distinta da do /a/ oral, já no século XV, visto que se encontra bem documentada nos gramáticos do século XVI. Parece igualmente certo que se trata apenas duma regra alofónica, e que o contraste moderno ainda não se tinha estabelecido.

Para a explicação da mudança do /a/ nasal final como ditongação fonética, é importante estabelecer a sua qualidade fonética. O valor fonético moderno do *a fechado* ([ɐ] central ou avançado) mal justifica a sua ditongação em [ɐ̃u] recuado, enquanto as variantes dialectais posteriores (velarizadas) e menos fechadas que XOVE (1988) assinala e que até co-ocorrem com variantes ditongadas do /a/ nasal interior (*branco* [brãũku]), e as variantes brasileiras (recuadas e fechadas) que são consistentes com uma ditongação posterior, são identificadas como tendências mais recentes.

7. Finalmente, as nasais finais

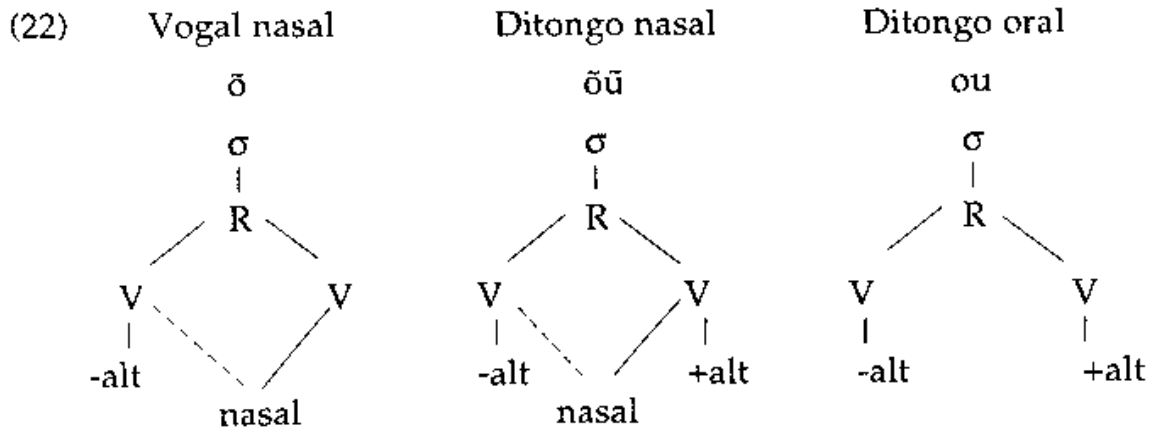
Podemos finalmente voltar à nossa questão central, para a reformular em termos de fonologia diacrónica: a fusão das terminações nasais deve-se à acumulação de processos pós-lexicais ou a uma reformulação do sistema de unidades vocálicas?

Verificamos logo que o sistema subjacente se revela muito resistente a uma reformulação total. Os antigos /õ/ e /ã/ finais conservam-se sempre nos plurais de substantivos (*cães, nações*), e na morfologia derivacional (*canil, nacional*), de maneira a persuadir todos os fonólogos, menos os mais concretos, de as incorporar como formas de base morfológicas²⁵.

Resta, portanto, a questão mais séria, a da natureza dos processos que levaram à convergência. De um lado, podem ter sido mudanças condicionadas que resultaram na neutralização de uma distinção que se mantém noutros contextos; do outro, é possível que uma série de mudanças independentes tenha levado a uma situação em que dois ou mais elementos resultavam confundíveis embora não idênticos, onde a confusão levaria a uma reorganização dos significantes e a formulação de uma regra nova.

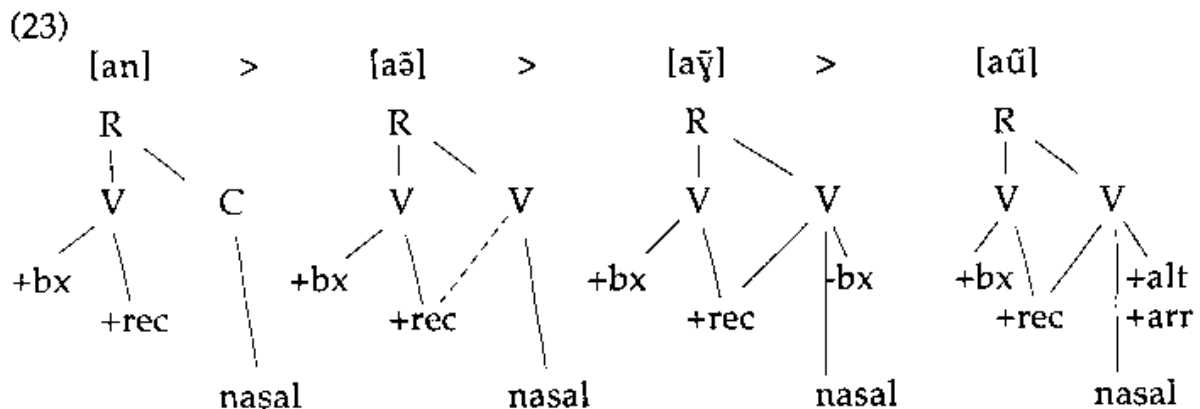
Vejamos primeiro a ditongação de /ã, õ/.

Não há dificuldade em aceitar como processo natural uma ditongação fonética de vogais nasais, nem o processo contrário da monotongação de um ditongo nasal (ilustrada pela pronúncia corrente [õ] de /ãũ/ átono final). Se aceitarmos que todas as vogais nasais têm a estrutura fonológica de núcleo complexo, próprio de ditongos e vogais longas, estes processos resultam ainda mais óbvios: os ditongos distinguem-se dos monotongos apenas pelo grau de independência, quanto ao timbre, do segundo elemento.



Ao mesmo tempo, é possível insistir na preservação fonológica da nasal final nas sequências VN no galego (com LORENZO 1988), e também admitir a possibilidade de uma ditongação fonética do núcleo complexo em que a sequência VN se resolveu no português.

Assim, uma possível sequência de mudanças para o /ã/ seria a de (23), na qual o segmento nasal perde inicialmente o traço consonântico, - ficando um segmento vocálico neutro [ə], recebendo por assimilação o traço +recuado, e depois o traço +alt (automático nos finais de ditongo em português) e o traço +arredondado (automático nas vogais + alt +rec):

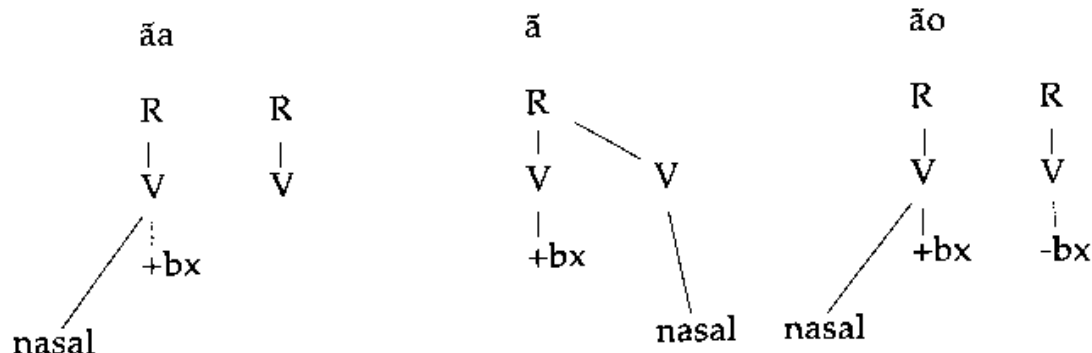


Assim, o processo de nasalização cria ditongos fonológicos, entre os quais um ditongo fonético constitui uma variante possível.

Este processo, se for simultâneo com o processo de redução da sequência bis-silábica /ão/ em ditongo, criaria um sincretismo ao nível fonético que se limi-

taria a esse nível enquanto o /ão/ continuasse bissilábico ao nível fonológico. É também esta ditongação que mantém o antigo monotongo distinto da sequência /ãa/ que também está em vias de monotonguização, porque as duas partes vocálicas da sequência têm e mantêm o traço +bx enquanto a segunda parte do ditongo não tem traços intrínsecos²⁶.

(24)



Neste contexto, podemos voltar ao factor sistemático alegado por SCHAFER (1985), a saber a redução do inventário de finais nasais. A redução dos bis-sílabos a monotongos cria, de facto, um problema de inventário, a saber três unidades distintas a reformular-se num sistema que só admite duas opções (ditongo, monotongo). A evolução fonética podia ter levado a uma fusão do /-ã/ com qualquer uma das outras: terá sido por razões morfológicas (a identidade de /-ã/ e /-ão/ como terminações predominantemente masculinas; a equivalência de -ã e -ão sufixais). Note-se que esta situação é válida apenas nas terminações dos substantivos: no subsistema de terminações verbais (25) não havia mais de duas opções iniciais.

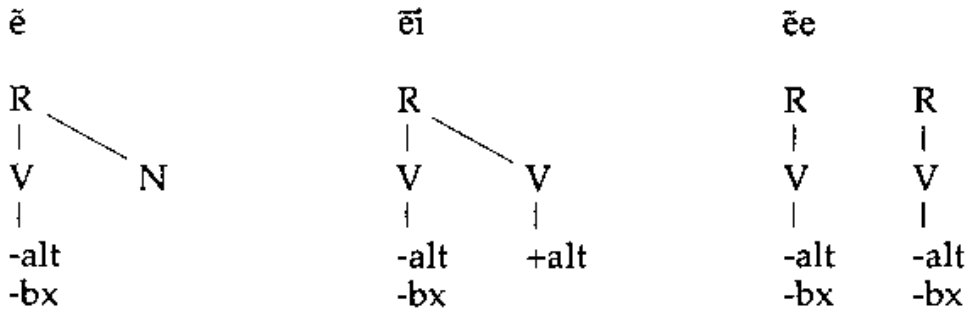
(25) terminações verbais

tónicas	-an (futuro, van)
	-on (son, pon)
átonas	-an (presente, m-q-perfeito)
	-on (pretérito)

O estudo cuidadoso de MARTINS (1995) lembra-nos que é preciso integrar a ditongação do /e/ nasal final. No que respeita o inventário de segmentos nasais, este caso é algo diferente. A diferença entre /ê/ e /êe(s)/ que devia ter existido no português antigo (*bem* vs *bêes*) deu geralmente o ditongo /êi/, sendo assim o único contraste entre monossílabo e bissílabo nasal não altos que se tenha perdido uniformemente. Em vez de o bissílabo /êe/ se reduzir a /ê/ para depois se ditongarem os dois em /êi/, acho provável que se tenha criado uma alternância livre entre [ê] e [êi], que constituísse mais um elemento estrutural favorecendo uma ditongação geral das nasais finais.

A flutuação entre ditongo e montongo terá sido ainda mais fácil nestes elementos, visto que a única diferença entre os dois elementos do ditongo é a abertura:²⁷

(26)



8. Sumário

Conseguimos identificar quatro tipos de câmbio fonológico: processos pós-lexicais inovadores (nasalidade fonética, simplificação), regras fonológicas novas (nasalização, ditongação, neutralização do contraste entre /õ/ e /ã/), extensões analógicas de regras ou alternâncias (hipoteticamente, uma extensão analógica duma regra de ditongação das terminações tónicas aos átonos), e modificações de formas subjacentes (instauração do a fechado como fonema independente).

À luz da fonologia moderna, uma ditongação fonética das nasais finais -ã e -õ constitui não somente uma possibilidade teórica mas uma extensão lógica do processo de nasalização, complementando os factores inegavelmente não-fonéticos (mas não, numa definição estrita, analógicas) que levariam a um sincretismo de -ã e -ão, talvez posterior a um sincretismo fonético de -õ e -ã. A interacção dos processos de ditongação e simplificação não constitui um problema, visto que os dois processos podem ter sido contemporâneos (quando processos pós-lexicais, e antes de se concretizar em regras lexicais).

É de esperar que estes elementos teóricos contribuam à definição da teoria da evolução das vogais nasais portuguesas que se há de criar finalmente na base de uma documentação válida.

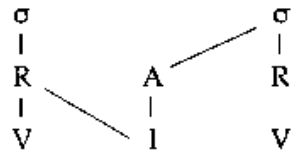
NOTAS

- ¹ SAMPSON 1983 tenta - desnecessariamente - incorporar a elevação do /o/ átono em /u/ para explicar a passagem de /ão/ a /ãu/. A possibilidade de o processo de apócope entrar nesta esquema foi levantada por LOURO 1959. MARTINS 1995 e SAMPSON 1983 apostam na solidariedade da ditongação de \bar{e} .
- ² Pode ter influido neste juízo a ideia de Carolina Michaëlis de VASCONCELLOS (1912-13) de que as terminações agudas, na poesia trovadoresca, constituíam uma importação contrária ao génio natural da língua. Sobre as rimas agudas na poesia trovadoresca, veja-se MASSINI-CAGLIARI 1996, PARKINSON 1996.
- ³ Veja-se por exemplo a exposição algo dura de Lipski: 'Leite believes that the final vowels of the early forms *lãa*, *bõo* had syllabic value, thus preventing the nasal vowel from diphthongizing. As Williams, Silveira Bueno and others were quick to point out, Leite also claimed that *razõo* acquired

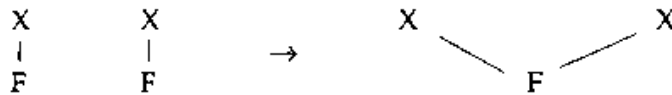
- a final (syllabic) o before evolving to *razão*; thus the whole lot should have fallen together. The fact that it didn't sends Leite's entire argument to the linguistic junkpile....' (LIPSKI 1973, 101). Veja-se MARTINS 1995 para uma explicação da incompatibilidade prática, do ponto de vista dos dados dialectais, entre paragoge e ditongação.
- ⁴ Sampson encontra explicações alternativas da não ditongação de *bom*, e *som*, ao lado da forma pouco mencionada *afan*.
- ⁵ Tilander cometeu numa escala maior um erro frequentíssimo, de levantar exemplos de textos copiados ou até traduzidos, atribuindo às formas levantadas a data do original e não a data da cópia.
- ⁶ Nos documentos dos séculos XII e XIV aparece apenas *van*. (LAPA 1934). A forma *vão* não se documenta antes do século XV. LIPSKI 1973 comenta que VADUNT teria dado **vôu* e não *vão*.
- ⁷ Tilander chegou a caracterizar a analogia em termos normalmente reservados para as mudanças fonéticas: 'As acções analógicas procedem às cegas sem recuar diante de nenhum obstáculo' (TILANDER, 1959, 299).
- ⁸ É de notar que a extensão analógica desta alternância nem sempre levou a regularidade, vistas as conhecidas incertezas sobre a formação do plural de *aldeão* e semelhantes. É possível que a hesitação no português antigo entre as formas de *som* e *dom* (*são/sões* vs *son/sões*; *dão/dões* vs *don/dões*) e a sua não participação na mudança das terminações nasais se devam ambas a uma preferência pela regularidade morfológica. Nota-se também que a reorganização analógica da flexão nominal não teve efeitos na morfologia derivacional: *tabelião/fães* corresponde ao adjectivo *tabeliônico*, que mantém a radical etimológica, e *verão/verões* corresponde ao verbo *veranear*.
- ⁹ MONTOYA (1995) apresenta uma explicação alternativa desta forma, preferindo ver nela o adjectivo *cão* (<CANUM) 'branco, velho'. Esta preferência baseia-se, contudo, em parte nas dúvidas filológicas suscitadas pela forma *cão* < can num documento galego.
- ¹⁰ Seria talvez necessário - e proveitoso - abandonar o pressuposto fácil de a qualidade destas vogais ser idêntica à moderna. A neutralização do contraste entre /o/ e /ɔ/ em contextos nasais deixa aberta a possibilidade de o /ô/ ter uma pronúncia [ɔ] vizinha de uma pronúncia [a] do /ã/.
- ¹¹ PARKINSON 1976, 196, indica uma forma de 1319.
- ¹² Trata-se de um trecho curto da *Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente*, em ROBERTS 1956, 96-98. O editor transcreveu-o do MS AN/TT, Livraria nº 1780, que CEPEDA (1995, 75) atribui ao século XVII.
- ¹³ Refere-se aos documentos relativos à crise nacional de 1376-83, transcritos por ARNAUT 1960. Os textos acusam múltiplas trocas de *-om* e *-am*; a forma *gouernaçao*m parece surgir numa das poucas leituras do sec. XVII utilizadas pelo editor para suprir lacunas nos documentos originais.
- ¹⁴ Cf p. ex. o *Corpus Informatizado do Português Medieval* da Universidade Nova de Lisboa (XAVIER, BROCARDO e VICENTE, 1994)
- ¹⁵ Confirmam esta análise os dados sobre a duração das nasais apresentadas em MORAES e WETZELS 1992
- ¹⁶ Nesta perspectiva, a ditongação destas vogais no Português do Norte, *irmão* < *irmã* < *irmãa*, *bão* < *bõ* < *bõo* resulta doutra ordenação destas mesmas regras. Veja-se CARVALHO 1989b.
- ¹⁷ Pressupõe-se aqui para facilitar a exposição que a simplificação dos hiatos fosse um processo único. Na realidade é de esperar que a simplificação se processasse mais rapidamente em alguns hiatos (p.ex os hiatos átonos, e os que resultariam em ditongos) do que noutros.
- ¹⁸ Terá sido assim que as consoantes nasais finais latinas se perderam, tal como as nasais seguidas de /s/ (MENSAM > mesa, SPONSUM > esposo).
- ¹⁹ Veja-se por exemplo, CLEMENTS e HUME, 1995. Veja-se ANDRADE & KIHM, 1988, WETZELS 1991 para a análise das nasais portuguesas neste quadro teórico.
- ²⁰ Se for necessário separar estas duas classes, as laterais podem ser
- V

|

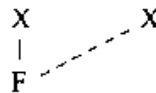
V, C
- ²¹ Encontram-se propostas semelhantes em FAGAN 1988, HAJEK 1992.
- ²² Há razões de atribuir ao português moderno um processo semelhante de associação múltipla do /l/ intervocálico, tanto dentro da palavra como em contextos interverbais, o qual se traduz na realização velarizada do mesmo:



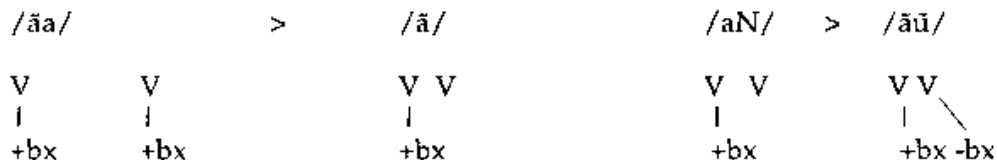
- ²³ Sigo PARKINSON 1982, WETZELS 1991 na utilização do traço [ATR]. Esta decisão, que tem implicações para o problema da solidariedade do processo do avanço do /a/ com as modificações da qualidade das vogais médias, não afecta a presente discussão.
- ²⁴ A explicação dada por XOVE (1988), de o fechamento do /a/ se dar menos no pretérito do que no presente, abrindo o passo para um retrocesso no caso daquele, é de difícil interpretação fonológica, por que subentende um condicionamento morfológico, isso é uma difusão morfolexical, de um processo ainda alofónico...
- ²⁵ Lembrem-se as críticas de LIPSKI 1973 a explicações analógicas.
- ²⁶ Outro elemento da teoria fonológica actual revela-se capaz de explicar a resistência inicial à ditongação dos bissílabos reduzidos. O Princípio do Contorno Obrigatório (*Obligatory Contour Principle*) indica que no caso de dois segmentos adjacentes se ligarem independentemente ao mesmo traço, a representação fonológica tem de se remodelar para que um único traço domine os dois segmentos:



Na sequência resultante os segmentos individuais não se podem interromper nem se modificar relativo a este traço. As sequências que resultam da extensão do âmbito de um traço



não são igualmente imutáveis. Assim se pode compreender que os bissílabos /ãa/ e /õo/ resultem em sequências imutáveis, resistentes à dissimilação do segundo elemento relativo ao primeiro, enquanto os núcleos complexos resultantes apenas da ditongação não sejam impedidos de se ditongarem.



- ²⁷ Por esta razão não posso confiar muito em que a presença de ditongos ou monotongos nos dialectos actuais seja um reflexo fiel dos processos de quatrocentos, capaz de nos indicar a relação implicacional entre ditongação de /ẽ/ e ditongação de /ã/ e /õ/ que Martins alega.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A., 1976, 'Portuguese nasal vowels: phonetics and phonemics', em J. Schmidt-Radefeld (ed) *Readings in Portuguese Linguistics*, Amsterdão, 1976, 349-96

ANDERSON, J. & EWEN, C., 1987, *Principles of Dependency Phonology*, CUP

ANDRADE, E. d' e KIHM, A., 1988, 'Fonologia autosegmental e vogais nasais em português', *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 51-60

ARNAUT, S. Dias, 1960, *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra

- BOLÉO, M. de Paiva, 1960, 'O estudo dos falares portugueses antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua', *Actas do III^o Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. II, Lisboa 1960, 418-28, republicado em *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I. *Dialectologia e história da língua*, Coimbra, 1974
- BOURCIEZ, E., 1967, *Éléments de linguistique romane*, Paris
- BOURCIEZ, J., 1937, 'Notes sur quelques faits de la diphtongaison portugaise', *Bulletin Hispanique*, 39, 397-400
- 1949, 'Notes sur la résonance nasale des diphtongues accentuées du Portugais', *Mélanges d'études portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*, Lisbon, 61-67
- CARTER, H. H., 1940, 'Paleographical edition of an Old Portuguese version of the Rule of St Bernard', *Publications of the Modern Language Association of America*, 55, 360-95
- CARVALHO, J. B. de, 1988a, 'Nasalité et structure syllabique en portugais et en galicien: approche non linéaire et panchronique d'un problème phonologique', *Verba*, 15, 237-63
- 1988b, 'Évolution phonétique, interférences grammaticales et aréologie: à propos des résultats de -ANU / -ANA en galicien', *Vox Romanica*, 47, 184-98
- 1989a, 'L'évolution des sonantes ibéroromanes et la chute de -N-, -L- en gallaico-portugais', *Revue de Linguistique Romane*, 53, 159-88
- 1989b, 'L'origine de la terminaison -ão du portugais: une approche phonétique nouvelle du problème', *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 105, 148-60
- CEPEDA, I. V., 1995, *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa*, Lisboa, IBL
- CINTRA, L. F. L., 1963, 'Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non-littéraires Galiciens-Portugais de la 2^e moitié du XIII^e siècle', *Revue de Linguistique Romane*, 27, 59-77
- CLEMENTS, G. N. and HUME, E. V., 1995, 'The Internal Organization of Speech Sounds', *The Handbook of Phonological Theory*, Oxford, Blackwell, 245-306,
- EWEN, C. J., 1995, 'Dependency Relations in Phonology', *The Handbook of Phonological Theory*, Oxford, Blackwell, 570-85,
- FAGAN, D. S., 1988, 'Notes on Diachronic Nasalization in Portuguese', *Diachronica*, 5, 141-57
- HAJEK, J., 1992, *The Interrelationship between Vowels and Nasal Consonants. A Case Study in Northern Italian*, Tese de doutoramento, Universidade de Oxford
- LAPA, M. R., 1934, 'Recensão crítica de Williams, "The Portuguese final -ão"', *Boletim de Filologia*, 3, 331-32
- LIPSKI, J. M., 1973, 'On the evolution of Portuguese -ão', *Vox Romanica*, 32, 95-107
- LORENZO, R., 1988, 'Considerações sobre as vogais nasais e o ditongo -ão em português', *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85^o aniversário*, ed. D. Kremer, Tübingen, 289-326
- LOURO, J. I., 1959, 'Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão', *Boletim de Filologia*, 13, 37-65
- MADONIA, G., 1969, 'Les diphtongues décroissantes et les voyelles nasales du portugais', *La Linguistique*, 3, 129-32
- MAIA, C. A., 1986, *Historia do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra, INIC
- MARTINS, A. M., 1995, 'A evolução das vogais nasais finais ã, õ, ã no português', *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários In Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 617-46,
- MASSINI-CAGLIARI, G., 1996, 'Atribuição do acento em Português Arcaico', comunicação apresentada no V^o Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Oxford 1996, a publicar-se nas *Actas do Congresso*
- MONTOYA MARTÍNEZ, J., 1995, 'Notas filológicas para un «Vocabulario» de las *Cantigas de Santa Maria*', *Verba*, 22, 527-42
- MORAES, J. A. de e WETZELS, W. L., 1992, 'Sobre a duração dos segmentos vocálicos nasais e nasalizados em português. Um exercício de fonética experimental', *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 23, 153-66
- NOBILING, O., 1903, 'Die Nasalvokale im Portugiesischen', *Die Neueren Sprachen*, 11, 129-53
- 1974, 'As vogais nasais em português I', trad. D.M.I. Callou e M.H.D. Marques, *Litterae*, 4, 129-53
- PARKINSON, S., 1976-79, 'Os tabeliães, o seu título e os seus documentos', *Boletim de Filologia*, 25, 185-212
- 1982, 'Phonology versus morphology in the Portuguese verb', *Studies in the Romance Verb*, ed. N. Vincent e M. Harris, London, Croom Helm, 19-41

- 1983, 'Portuguese nasal vowels as phonological diphthongs', *Lingua*, 61, 157-77
- 1993, 'Final nasals in the Galician-Portuguese Cancioneiros', *Hispanic Linguistic Studies in honour of F.W. Hodcroft*, ed. D. Mackenzie e I. Michael, Llangrannog, Dolphin, 51-62
- 1995, 'Phonetics and phonology of Portuguese "closed a"', *Portuguese, Brazilian and African Studies. Studies Presented to Clive Willis on his Retirement*, ed. T.F. Earle e N. Griffin, Warminster, Aris & Phillips, 27-36
- 1996, 'Meestria rimática nas Cantigas de Santa Maria', comunicação apresentada no Vº Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Oxford 1996.
- ROBERTS, K.S., 1956, *An Anthology of Old Portuguese*, Lisboa
- SAMPSON, R., 1983, 'The origin of Portuguese -ão', *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 99, 33-68
- 1993, 'La nasalización vocálica en las hablas iberorromances', *Actas del Primer Congreso Anglo-Hispano*, ed. R. Penny, Madrid, Castalia, 171-80
- SCHAFFER, M. E., 1985, 'Old Portuguese -doe/ dom, Modern Portuguese -dão, and the evolution of Portuguese -ão', *La Chispa '82. Selected proceedings from the third Louisiana Conference on Hispanic Languages and Literatures*, 1982, 256-72
- SLETSJØE, L., 1959, *Le développement de l et n en ancien portugais. Étude fondée sur les diplômes des Portugaliae Monumenta Historica*, Oslo, Presses Universitaires.
- TEYSSIER, P., 1982, *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa
- TILANDER, G., 1959, 'Porque -om e -am se tornaram -ão em português?', *Revista de Portugal (Serie A)*, 24, 290-304
- VASCONCELLOS, C. Michaëlis de, 1912-13, *Lições de filologia portuguesa*
- 1933, 'A história do fonema N em português', *Revista Lusitana*, 28, 31-33
- VASCONCELLOS, J. Leite de, 1909/1959, *Lições de Filologia Portuguesa*, 3ª ed, pp. 134-36
- WETZELS, W. L., 1991, 'Contrastive and allophonic properties of Brazilian Portuguese vowels', *New Analyses in Romance Linguistics. Selected Papers from the XVIII Linguistic Symposium on Romance Languages. Urbana-Champaign, April 7-9, 1989* (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science. IV - Current Issues in Linguistic Theory, 69), 77-99
- 1992, 'Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese', *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 23, 19-55
- WILLIAMS, E. B., 1933, 'The Portuguese final -ão', *Language*, 9, 202-06
- 1936, 'Uma carta a propósito do ditongo -ão', *Boletim de Filologia*, 5, 197-98
- 1938/1962, *From Latin to Portuguese*, 2ª ed. Philadelphia, University of Pennsylvania
- XAVIER, M. F., BROCARD, M.T. e VICENTE, M.G., 1994, 'CIPM - um corpus informatizado do português medieval', *Actas do 10º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 599-612
- XOVE, X., 1988, 'Notas sobre a orixe da oposición /a/-/v/ en portugués: levámos/levamos', *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, ed. D. Kremer, Tübingen, 461-98